

Causas com probabilidade de perda possível

	31/12/2023	31/12/2022
Cíveis	4.408	3.884
Tributários	218	136
	4.626	4.020

As ações cíveis são referentes a questões imobiliárias, bem como pedidos de indenização formulados por proprietários de imóveis que alegam que não podem mais usufruir de seus imóveis pelo fato da instalação de linha de transmissão que passa pela propriedade. Os depósitos judiciais em 31 de dezembro de 2023 são de R\$ 26 de processos tributários (em 31 de dezembro de 2022 os depósitos eram de R\$ 18 de processos tributários). 15. **Patrimônio líquido:** (a) **Capital social:** Em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022 o capital social suscrito e totalmente integralizado da Companhia era de R\$ 80.604, dividido em 80.604.358 ações ordinárias nominativas.

	31 de dezembro de 2023	31 de dezembro de 2022
	Quantidade	Quantidade
Acionistas	Participação % de ações	Total
Chapada do Piauí II Holding S.A.	100%	80.604.358 80.604
	100%	80.604.358 80.604

Prejuízo básico e diluído por lote de mil ações: O prejuízo básico por ação é calculado mediante a divisão do prejuízo atribuível aos acionistas da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação durante o exercício, excluindo as ações ordinárias compradas pela Companhia e mantidas como ações em tesouraria.

	31/12/2023	31/12/2022
Prejuízo atribuível aos acionistas da Companhia	(1.778)	(6.596)
Quantidade média ponderada de ações (milhares)	83.095	75.395
Prejuízo básico e diluído atribuível por lote de mil ações - R\$	(0,921)	(0,886)

17. Custo do serviço de energia elétrica:

	31/12/2023	31/12/2022
Energia elétrica comprada para revenda	(1.812)	(256)
Encargos de uso do sistema de conexão e transmissão	(1.360)	(1.276)
Custo de operação (a)	(8.682)	(8.533)
	(11.854)	(10.065)

(a) **Custo de operação:**

	31/12/2023	31/12/2022
Pessoal	(428)	(313)
Manutenções	(207)	(185)
Materiais e serviços de terceiros	(2.718)	(2.856)
Depreciações e amortizações	(5.329)	(5.179)
	(8.662)	(8.533)

18. Despesas gerais e administrativas e Outros ganhos (perdas), líquidos:

	31/12/2023	31/12/2022
Serviços de terceiros	(216)	(3)
Seguros	(369)	(289)
Comunicações	(15)	(21)
Viagens	(12)	(11)
Despesas Tributárias	(23)	(12)
Projetos sociais	(118)	(22)
Outras despesas operacionais	(151)	(54)
Outros ganhos (perdas), líquidos (i)	(468)	(1.087)
Despesas compartilhadas	(752)	(719)
	(2.129)	(2.227)

(i) O saldo da rubrica é composto substancialmente por baixas de ativo imobilizado. 19. **Resultado financeiro: Política contábil: Receitas (despesas) financeiras:** As receitas financeiras sobre aplicações financeiras são reconhecidas usando a taxa de juros de mercado prevista contratualmente. Os juros são incorporados às aplicações financeiras, em contrapartida de receitas financeiras. As despesas financeiras sobre cessão de recebíveis são reconhecidas conforme previsto contratualmente. As demais despesas financeiras compreendem substancialmente os valores de atualizações financeiras.

	31/12/2023	31/12/2022
Receitas financeiras		
Receitas de aplicações financeiras	1.106	367
Outras receitas financeiras	21	53
	1.127	390
Despesa financeira		
Despesa financeira de cessão de recebíveis (Nota 9)	(7.831)	(10.313)
Finanças bancária	(31)	(131)
Atualização financeira de liminar excludente de responsabilidade	(105)	(322)
Atualização financeira de desmobilização	(93)	(121)
Atualização financeira de ressarcimento (i)	(853)	(1.115)
Outras despesas financeiras	(3)	(263)
	(8.916)	(11.954)
	(7.789)	(11.564)
Resultado financeiro		

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Acionistas Ventos de Santa Joana III Energias Renováveis S.A. **Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras da Ventos de Santa Joana III Energias Renováveis S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Incerteza relevante relacionada com a continuidade operacional:** Chamamos a atenção para a Nota 1.2 às demonstrações financeiras, que descreve que a Companhia apresentou excesso de passivos sobre ativos circulantes no encerramento do exercício no montante de R\$ 43.590 mil. Essa situação e o fato da Companhia depender de eventuais aportes de capital da sua controladora Chapada do Piauí II Holding S.A., sendo que esses eventuais aportes estão condicionados à melhora da situação financeira da Controladora, que por sua vez não atingiu os índices descritos nas cláusulas restritivas (covenants) do seu contrato de dívida com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e não obteve waiver para suspender a exigibilidade das dívidas no curto prazo, indicam a existência de incerteza relevante que pode levantar dúvida significativa sobre sua continuidade operacional. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor:** A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluímos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar sobre as demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se a distorção de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa

base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectará as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso, • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria

Cálculo dos impostos

	31/12/2023	31/12/2022
Receita com energia		
IRPJ – 15%	(1.047)	(882)
IRPJ adicional – 10%	(266)	(216)
CSLL – 9%	(343)	(306)
Provisão de ressarcimento	21	195
IRPJ – 15%	9	76
IRPJ adicional – 10%	6	51
CSLL – 9%	6	68
Ajustes atualização despacho nº 2.303/2019	127	127
Corrente	(1.047)	(882)
Diferido	148	195
Despesa IRPJ e CSLL - lucro presumido	(899)	(687)

21. **Compromissos:**

	Até 1 ano	Entre 2 e 5 anos	Acima de 5 anos	Total
Arrendamento de terrenos (i)	127	1.571	10.883	12.581
Contrato de manutenção (ii)	2.048	2.681	11.630	4.729
Contrato de transmissão (iii)	1.448	8.732	22.610	22.610
Comissão de fianças (iv)	104	417	421	942
	3.727	14.401	22.934	41.062

(i) **Arrendamento de terrenos:** Contratos firmados com os proprietários das terras onde os parques eólicos são instalados e preveem prazo de locação de até 49 anos. Os contratos arrendamentos contêm cláusulas de pagamentos variáveis ligados ao faturamento. Tais condições são específicas do setor. Os pagamentos de arrendamentos variáveis que dependem do faturamento são reconhecidos no resultado no exercício em que ocorre a condição que dá origem a tais pagamentos. (ii) **Contrato de manutenção:** Contratos de longo prazo firmados com o fornecedor das máquinas e equipamentos de cada parque eólico para manutenção. (iii) **Contrato de transmissão:** São os contratos de longo prazo junto com as empresas de transmissão para envio de energia gerada em cada parque eólico. (iv) **Comissão de fianças:** Comissão de fiança é exigida contratualmente para garantia do pagamento da tarifa de transmissão (Contrato de Uso do Sistema de Transmissão - CUST). Essa fiança é emitida para o Operador Nacional do Sistema Elétrico com uma vigência anual e o valor garantido é a previsão do valor da tarifa de transmissão para o ano subsequente à data de emissão. O compromisso ligado a essa fiança é projetado pela duração do contrato de venda de energia por se tratar de uma obrigação inerente à operação da planta eólica. 22. **Cobertura de seguros:** Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia possuía cobertura de seguro patrimonial e lucros cessantes com valor em risco em montante equivalente ao valor total dos ativos e lucros estimados para o período de 12 meses, e limite máximo de indenização de R\$ 250.000 e o seguro de responsabilidade civil com limite máximo de indenização de R\$ 50.000. Cabe salientar que as apólices dos respectivos seguros são compartilhadas com as demais companhias controladas diretas e indiretamente pela Contour Global do Brasil Holding Ltda. A Administração entende que as coberturas mencionadas acima representam valores suficientes para cobrir eventuais perdas (não auditado pelo auditor independente).

Diretor: Daniel Pastro
Contador: Cristiano Pavane - CRC 1SP271178/O-8

apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

São Paulo, 22 de abril de 2024
PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes Ltda. - CRC 2SP000160/O-5
Lia Marcela Ruschke Fonseca - Contadora CRC 1SP291166/O-4

